



## **Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social além-mar (Portugal)**

Ana Paula Procopio da Silva\*

O livro de Alcina Maria de Castro Neves,<sup>1</sup> *Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, em sua segunda edição, proporciona uma importante aproximação com investigações que demarcam grande compromisso com uma reconstituição histórica do Serviço Social português fundamentada na emergência da questão social e das estratégias de controle das classes trabalhadoras que lhe são subjacentes, mas também articulada às lutas pela democracia em Portugal nos séculos XIX e XX.

As pesquisas documentais e bibliográficas que originaram sua tese de doutorado e posteriormente a 1ª edição e a reedição ora publicada desvelam as articulações do processamento da profissão em Portugal com o Estado, a Igreja e a dinâmica própria da sociedade civil. Trata-se de uma abordagem inédita no âmbito das investigações em Serviço Social em Portugal, pois toma como perspectiva de análise a profissão nas relações estabelecidas com a sociedade portuguesa a partir das conjunturas sociohistóricas e das correntes de pensamento predominantes nesses processos. Como a própria autora afirma, trata-se de construir uma “outra” leitura da profissão no país.

.....  
\* Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Participante do Centro de Estudos Octavio Ianni da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço postal: CEOI, Rua São Francisco Xavier, 525, Bloco E, Sala 8031, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20550-013. Email: anapaulaprocopio@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Alcina Maria de Castro Neves é assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora associada do Instituto Superior Miguel Torga, dos cursos de licenciatura e mestrado em Serviço Social.

É uma decisão metodológica que não conduz as reflexões de Alcina Martins ao simplismo da negação das dimensões corporativas e das influências do Serviço Social norte-americano, mas, ao contrário, a coloca perante complexidades oriundas de apropriações que de modo algum foram lineares e/ou homogêneas.

Assim, a afirmação da autora de que a emergência da profissão em Portugal, no cenário específico do desenvolvimento capitalista do último quartel do século XIX, faz parte das estratégias do Estado no enfrentamento da “questão social”, em paralelo a outras intervenções de âmbito não estatal, constitui a intenção de desvelar uma identidade diferenciada de profissão que tenha reflexos expressivos na formação contemporânea dos assistentes sociais portugueses.

É impossível, para nós brasileiros, não pensar nos distanciamentos e aproximações presentes nas histórias dos dois países ao nos depararmos com as formulações trazidas pela autora acerca de Estado, Igreja e sociedade civil nos processos de desenvolvimento e organização da profissão.

As relações entre Estado republicano e Igreja Católica definiram em Portugal uma *questão religiosa*, cujo dimensionamento é diverso daquele construído no Brasil. No Brasil a República não veio acompanhada de uma descatholicização institucional; ao contrário, os processos sociohistóricos brasileiros comportaram a articulação de dimensões aparentemente inconciliáveis, como o Estado laico e a Igreja. O catolicismo, elemento fundador e fundante da história do país, se desenvolveu através da Colônia, Monarquia e República, tecendo as formas de sociabilidade entre as “elites, as esferas de poder, em especial os aparatos estatais, com a sociedade civil, principalmente em seus setores sociais subalternos, rurais e urbanos. [...] um catolicismo herdeiro da Contrarreforma e fortemente enraizado e constituído ao longo de séculos de organização e técnica do trabalho em termos de escravatura.” (Ianni, 2004, p. 50)

Em Portugal, as primeiras medidas do Governo Provisório da República, em 1910, foram ações anticlericais, como a expulsão dos jesuítas, encerramento de ordens religiosas e integração dos seus bens ao Estado. No período, as ordens religiosas foram consideradas o “cancro da sociedade” e obstáculo à apropriação dos serviços sociais pelo Estado português.

A questão religiosa, como um movimento organizado de oposição ideológica e política ao regime liberal instaurado pela República, expressou-se na politização da intervenção dos católicos, por meio da organização em uma estrutura política centralizada e piramidal que em momentos posteriores tensionou ou esteve articulada aos governos da ditadura militar portuguesa (1926 a 1933) e do Estado Novo português (1933 a 1945). No âmbito das relações Estado e Igreja (no período do Estado Novo) e numa partilha de poderes, coube à Igreja o exercício de atividades no campo religioso e social, concretamente a criação de escolas de serviço social, aumentando assim o número de escolas de ensino particular sob a sua orientação.

No Brasil, a partir de 1932 ocorre uma grande diversificação e ampliação do movimento católico laico no sentido de formular uma via cristã corporativa para a harmonia e o progresso da sociedade em associação com o Estado, que tem sua intervenção na “questão social” legitimada, desde que não negue a existência e a independência das instituições católicas da sociedade civil, como o Centro de

Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), tido como manifestação original do Serviço Social no país com o objetivo de “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.” (Iamamoto & Carvalho, 2004, p. 69)

Outro aspecto trazido pela pesquisa da autora é o entrelaçamento entre o trabalho na assistência e a incorporação dos direitos civis pelas mulheres portuguesas. É uma dimensão que articula a inserção feminina na profissão à luta pelos direitos civis no bojo das discussões republicanas e do feminismo burguês. Com a República, a situação das mulheres portuguesas sofre alterações jurídicas, com a revisão de artigos do Código Civil que conferem igualdade entre os cônjuges, direito ao divórcio e de trabalhar em funções públicas. Em relação aos serviços assistenciais os movimentos feministas tinham concepções próprias a esse respeito, considerando que “o problema da assistência e do trabalho é essencialmente um problema de justiça social que deve ser imediatamente atacado na sua raiz.” (Martins, 2010, p. 111)

A leitura de *Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português* reafirma que os elementos que fazem emergir a profissão e os que condicionam sua institucionalização em Portugal, no Brasil e nos demais países não são lineares nem contínuos, posto que são criados e recriados no interior de processos sociohistóricos dinâmicos e diferenciados, ainda que matriciados pelas relações sociais próprias da sociedade capitalista. Contudo, os propósitos a que a profissão é chamada a servir muitas das vezes de forma contraditória, tendo em vista os diversos projetos em disputa na sociedade, traduzem-se em práticas profissionais diferenciadas, mas dotadas da especificidade conferida ao Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Assim, de acordo com Martins,

[...] é hoje imperativo colocar a profissão como objecto de questionamento e investigação, criar requisitos para a compreensão crítica da prática profissional; apreender o dinamismo e a diversidade das práticas existentes, dando visibilidade às práticas alternativas que os assistentes sociais vão construindo no contexto das transformações societárias. Igualmente pertinente é a análise do processo de diferenciação da categoria profissional a todos os níveis: formação, paradigmas de intervenção, organização da profissão e as novas faces do mercado de trabalho, como os processos de precarização, instabilidade do emprego e o desemprego dos jovens licenciados. (2002, p. 12)

**Referências bibliográficas**

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2004. 16ª edição.

IANNI, Octavio. Pensamento social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. Gênese, emergência e institucionalização do serviço social português. Coimbra, Portugal: Progresso, 2010. 2ª edição.

\_\_\_\_\_. Serviço Social crítico em tempos de ditadura. Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Serviço Social, Aveiro, 23 e 24 de Maio de 2002. <http://www.cpihts.com/1%BA%20Congresso%20Nac.%20SS.pdf>. Acesso em 12/10/2010.

Recebido em 10 de outubro de 2010.

Aceito para publicação em 29 de outubro de 2010.